

Requerimento Nº  
(Do Sr. Deputado Ernandes Amorim)

**Solicita seja convidados os Senhores, Governador do Estado de Minas Gerais, Governador do Estado da Bahia, Governador do Estado de Goiás, Governador do Estado de Rondônia e Governador do Estado de Roraima, Diretor Geral do DNPM, Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, a fim de debaterem a regulamentação do Artigo 174 da Constituição Federal, Extinção do Regime de Matrícula dos Garimpeiros e aproveitamento das riquezas minerais em áreas indígenas.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário, se digne adotar as providências necessárias à convidar as autoridades acima nominadas – , para comparecerem ao Plenário da Comissão de Minas e Energia, a fim de se estabelecer um grande debate sobre a questão mineral, com foco exclusivo na questão dos garimpos e garimpeiros, que com a extinção do Regime de Matrícula, os



garimpeiros foram colocados a margem da sociedade, sem amparo governamental, e que estão sendo constrangidos e presos por ações policiais em seu ambiente de trabalho sem direito de defesa e com confisco das suas ferramentas de trabalho.

### JUSTIFICAÇÃO

Em recente audiência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica, com a Bancada de Rondônia, em que estavam presentes o Senhor Ministro Mares Guia, Ministra Dilma Rousseff, Ministro Interino das Minas e Energia, o Presidente Lula recomendou ao Ministro das Minas e Energia, que em conjunto com a Bancada de Rondônia e demais Estados interessados procurassem o caminho legal para a solução do tão angustiante problema dos garimpeiros.

Nessa oportunidade cobrei pessoalmente do Senhor Presidente da Republica, em sua visita ao Garimpo do Bom Futuro, o maior garimpo de Cassiterita do mundo a céu aberto, a sua promessa de campanha no município de Ariquemes, onde eu era o Prefeito Municipal, e já me defrontava com o abandono que os 600 mil garimpeiros foram relegados com a revogação do regime de matrícula e a não regulamentação dos artigos da Constituição Federal que contempla a atividade garimpeira, e que lançou na marginalidade milhares de trabalhadores.

Pois a Nação tem sido espectadora do que tem ocorrido nos Garimpos e áreas indígenas dotadas de minérios com preços de mercado, que tem sido palco de grandes tensões e chacinas, a exemplo do que ocorreu na Reserva Indígena Roosevelt



em Rondônia, Capoeirana em Nova Era - MG e outros Garimpos em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Roraima, onde centenas de vidas já foram ceifadas em virtude da ausência do Estado, pela falta da regulamentação dos preceitos constitucionais e da Lei 7.805 de 1.989.

Com esse “vazio” legal, constata-se que o Poder Público não tem observado de forma eficaz os dispositivos constitucionais, que determinam à União estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa, e ao Estado favorecer a organização da atividade garimpeira em Cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros, às quais assegura-se direito de prioridade para autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas minerais nas áreas onde garimpeiros estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com a competência da União para estabelecer as áreas e as condições para o exercício da atividade de garimpagem, em forma associativa, conforme o artigo 174, § 3º, 4º e o artigo 21, § xxv da Constituição Federal.

A leitura da Lei nº 7.805 de 1.989, á luz dos princípios Constitucionais pertinentes a garimpagem, que não foram extintos com a revogação do regime pelo qual era administrado a matrícula de garimpeiro, mostra que a sanção prevista á extração mineral sem outorga pela garimpagem, é inexecutável, enquanto o Poder Público não proceder a regulamentação da atividade.

É importante lembrar que a postura atual do Governo, sem a regulamentação, impede ações eminentemente técnicas, tem gerado distorções, inclusive de cobrança de propinas pelos maus agentes ,que são beneficiados com a situação atual dos garimpeiros



em todo o País.

Assim o Decreto que regulamenta a Lei nº 8.705, de 1.989, o Decreto nº 98.812, de 1.990 , em seu artigo 22, dispondo que a realização de trabalhos de extração de substancias minerais sem a competente concessão ,permissão ou licença, constitui crime, sujeito a pena de reclusão de 3 meses a 3 anos e multa, ressalvada no § 1º. que, constatada, ex-officio ou por denuncia, a situação prevista neste artigo, o DNPM comunicará o fato ao Departamento de Policia Federal (DPF) para instauração do competente inquérito e demais providencias cabíveis; ou seja esgotada todas as possibilidades e alternativas contempladas pela legislação.

Ou seja, para a criminalização, é necessário que o DNPM constate a situação; procedimento em que, sendo o caso, lhe cabe promover a criação da área de garimpagem; pois, afinal, não se pode pretender que a extinção do regime de matrícula tenha revogado a competência para a união estabelecer tais áreas.

Quer dizer, constatado por qualquer agente do poder publico a existência da garimpagem, cabe comunicar ao DNPM para a verificação da situação; após o que ,não sendo o caso de regularização mediante a criação de área de garimpagem, cabe a sanção cominada á lavra sem outorga.

Neste sentido, á vista a competência comum da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para registrar, acompanhar e fiscalizar a concessão de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais e hídricos em seus territórios, estabelecida no artigo 23, § XI, refletindo sobre a elaboração e encaminhamento de proposição ao projeto de lei complementar em tramitação nesta Casa, que fixa normas para a cooperação entre a



União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes da competência comum, relativas a proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do Meio Ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas, e à preservação das florestas, da fauna e da flora, previstas no artigo 23 § 1º ao 6º.

Isto explicita que a cooperação prevista, poderá compreender a comunicação ao DNPM pelo Estado e Municípios, quando constatada a existência da garimpagem, para a verificação da situação com vistas à criação de área de garimpagem couber, e também esta cooperação para elaboração do estudo necessário ao prévio licenciamento ambiental, exigido ao estabelecimento da área de garimpagem.

Chamo ainda a atenção dos meus pares para a Lei nº 8.176/90, que a meu ver deve merecer uma análise mais aprofundada, sobre o alcance da sanção prevista, que entendo, ser aplicada indevidamente para a exploração de jazidas de recursos minerais que não se constitua monopólio da União, sem autorização legal ou em desacordo com as obrigações impostas pelo título autorizativo, bem como a aquisição, transporte, industrialização, posse, consumo e comercialização de produtos ou matéria prima obtido na exploração de tais jazidas.

A Lei “Define crimes contra a ordem econômica e cria o sistema de estoques de combustível” aplica-se a usurpação do direito da união produzir bens ou explorar matéria-prima que lhe pertença, o que restringe-se a produção de bens ou exploração de matéria-prima que constitua seu monopólio, que não se confunde com matéria prima, mas apenas aquela que se constitua seu monopólio, a exemplo de jazidas de petróleo e gás natural.



Pelo exposto e pela sua relevância, esperamos, pois, ver o presente requerimento aprovado, com o convite das autoridades nominadas e que são partícipes do problema, depois de recebido e processado pela douta mesa.

Sala das sessões, em

Deputado ERNANDES AMORIM  
PTB - RO

